



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Exma. Sra. Presidente

da Comissão de Trabalho e Segurança Social,

Deputada Isabel Meirelles

Requerimento para Audição da Sra. Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e do Sr. Presidente do Instituto de Segurança Social, sobre a situação dos lares ilegais.

Noticias das últimas semanas trazem novamente ao conhecimento público a situação dos lares ilegais, dos maus-tratos a idosos e da fiscalização dos lares por parte da Segurança Social, o que significa que o Governo não só não resolveu os problemas já por diversas vezes identificados, como os mesmos continuam por resolver e mesmo a agravar-se.

Os problemas, que de novo vêm a público não são novos, sendo que a realidade do surto da COVID-19 veio expor um conjunto de fragilidades e de problemas estruturais, do nosso país nas respostas dos equipamentos sociais e, no caso, dos lares para idosos, que se confrontam com diversos problemas há vários anos e que exigem uma resposta estrutural tanto no que concerne ao combate à proliferação de lares ilegais, perante as listas de esperas e preços das mensalidades, como com a criação de uma rede pública, a par da melhoria dos apoios aos equipamentos abrangidos pelos Acordos de Cooperação. Porque importa por fim às condições desumanas, que têm sido noticiadas, como elevar o patamar da resposta com vista a garantir a qualidade da Rede de Equipamentos e Serviços de Apoio à Terceira Idade.

Consideramos essencial retomar a discussão de forma integrada. E nesse sentido recordamos a situação sentida nos lares de idosos que tem merecido, da parte do PCP, atenção, preocupação e intervenção em diferentes momentos.

Aliás, em março de 2020 o PCP questionou o Governo sobre a situação nas instituições da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (incluindo lares para idosos).



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

É fundamental que tanto o Governo, como a Segurança Social, especialmente através dos seus meios inspectivos, verifiquem e assegurem que em cada instituição existem os meios adequados (humanos, materiais e outros) para a concretização do seu fim social.

Mas também é fundamental que as instituições cumpram as suas obrigações - garantia das condições para prestação de cuidados com qualidade aos idosos, meios humanos em número suficiente para responder às necessidades dos utentes, pois sabemos que carência de trabalhadores nas IPSS não é de hoje.

O PCP reconhece o papel importante das IPSS, mas como complemento das respostas públicas a que o Estado está obrigado constitucionalmente, e não se substituindo ao Estado.

A garantia dos direitos sociais, incluindo a existência de equipamentos e serviços de apoio aos idosos é uma responsabilidade primeira do Estado.

Para o PCP são necessárias novas soluções que respondam a problemas estruturais que persistem, que se vão arrastando e que se vão agravando ao longo dos tempos.

Há problemas sentidos pelos utentes, pelas famílias, pelos trabalhadores do sector social e mesmo pelas instituições que não desapareceram nem foram suspensos: a insuficiência das vagas, com listas de espera associadas; o problema dos lares ilegais, entre outros problemas, se mantêm; e tudo isto tem que ter uma resposta.

É preciso haver reforço dos meios das IPSS's que actualmente gerem as respostas neste âmbito, para que seja assegurada qualidade de prestação de serviços aos seus utentes, mas também a salvaguarda dos direitos dos seus trabalhadores, com a valorização dos seus salários e a estabilidade do seu emprego.

É necessário proceder a uma adequada articulação de todas as respostas sociais de apoio aos idosos em situações de doença e dependência (apoio domiciliário, lares, centros de dia e outras).



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

E para tanto é preciso alargar a rede de lares, com a criação de uma rede pública, gerida pelo sector público. Esta é uma resposta fundamental para resolver um alargado conjunto de problemas e um caminho que o PCP continuará a defender, tendo apresentado várias propostas com soluções concretas, medidas imediatas e com medidas de fundo.

Sendo absolutamente imprescindível que seja dada uma resposta cabal aos últimos acontecimentos, pela gravidade dos factos, mas também para que sejam encontradas as soluções necessárias, o Grupo Parlamentar do PCP requer, com máxima urgência, a presença da **Sra. Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e do Sr. Presidente do Instituto de Segurança Social, na Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão.**

Assembleia da República, 10 de março de 2023

OS Deputados,

Manuel Loff

Alma Rivera